

a folha

Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias

<http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine>

N.º 30 — Verão de 2009

DENTRO DE DOS HORAS SERÁ NOCHE — <i>Luís Filipe PL Sabino</i>	1
VARIANTE PORTUGUESA DO INGLÊS? DOIS OU TRÊS EXEMPLOS — <i>Paulo Correia</i>	3
ACORDO AO ACORDO — <i>Jorge Madeira Mendes</i>	6
CEO E COMPANHIA — <i>Verónica Fitas</i>	12
AS UNIDADES E OS SEUS PLURAIS — <i>Paulo Correia</i>	15
PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS – IDIOSSINCRASIAS CURIOSAS DA LÍNGUA PORTUGUESA — <i>Augusto Múrias</i>	20

Dentro de dos horas será noche

Luís Filipe PL Sabino

Antigo funcionário — Comissão Europeia; Comité Económico e Social Europeu – Comité das Regiões

Juan Belmonte (1892-1962) fez sua esta reflexão simplicíssima, a ela recorrendo em muitas ocasiões quando, assediado pelas turbas que o aplaudiam ou contra ele vociferavam como alimárias, se retirava para dentro de si e, exaurido, pensava: isto acaba daqui pouco, passa como tudo, é efêmero como todas as coisas. «*Dentro de dos horas será noche, y esto tiene que haber cesado. Se habrán muerto, nos habrán matado, lo que sea. Pero es indudable que dentro de dos horas todo estará tranquilo y silencioso. Es cuestión de esperar.*»⁽¹⁾ Cada um regressa a casa e a vida continua para além dos tumultos multitudinários. Tudo flui.

Corre por aí o uso e abuso do verbo **encontrar**. Ora, isto parece-me daquelas coisas que não passarão tão lepidamente, como eu apreciaria e a simplicidade reclamaria.

As portas não estão fechadas, mas «encontram-se» fechadas... Diz a Lei 25/2009, de 5 de Junho⁽²⁾: «(...) A certidão a que se refere o artigo 5.º não seja apresentada, se encontre incompleta ou (...)». Num clube, pode ler-se uma informação para os associados: «Se encontrar a porta encerrada, dirija-se a... onde encontrará, etc.».

Não vejo motivo, antes desrazão, para tamanha aleivosia e preterição do singelo verbo «estar».

Outra ruindade que por aí vegeta, e que também não se esfumará dentro de «*dos horas*». É o verbo **acontecer**, preferido de canais televisivos, locutores, jornalistas e pessoal desse quilate. Fala-se em

⁽¹⁾ Nogales, Manuel Chaves — *Juan Belmonte, matador de toros*. Barcelona : Libros del Asteroide, 2009.

⁽²⁾ Lei n.º 25/2009 de 5 de Junho que estabelece o regime jurídico da emissão e da execução de decisões de apreensão de bens ou elementos de prova na União Europeia, em cumprimento da Decisão Quadro n.º 2003/577/JAI, do Conselho, de 22 de Julho de 2003. *Diário da República n.º 109 — Série I-A*, de 5 de Junho de 2009:

<http://www.dre.pt/pdf1s/2009/06/10900/0349703502.pdf>

reuniões que «acontecem» (isto é areia demais para a minha camioneta!), como se fosse algo ocorrido por mero acaso, assim acidentalmente, como quem não quer a coisa, estilo eh-pá-vou-ali-e-já-venho. Deixem-se de parolices: usem o verbo «haver», dizendo: houve reuniões, houve um casamento de S.¹⁰ António, houve isto e aquilo.

Outra que me enerva, a ponto de poder ingerir uma folha de avisos fiscais de gazeta: o termo **situação**, que, de resto, passou da linguagem coloquial para a de especialidade, tendo, dessa sorte, transposto barreiras entre espécies... Veja-se ainda a retromencionada Lei 25/2009: «Também no que respeita às situações não previstas no...» (artigo 3.º, n.º 3); e : «Na situação a que se refere o número anterior...» (artigo 7.º, n.º 3): mas o que é isto!?!? «Situações/ão»??. Diga-se antes: «No caso não previsto no (...)» ou «No caso previsto no (...)».

Acresce, aliás, que no primeiro exemplo o advérbio «também» é perfeitamente inútil.

Há outrossim o verbo **registar**, que vem sendo usado avonde. É o caso da frase «Temos vindo a registar reclamações...». Porquê registar? Houve mesmo um acto de registo? Mais vale escrever: «Tem havido reclamações» ou «Temos recebido reclamações», logo aí se fazendo economia de palavras, sendo um acto de poupança louvável neste tempo de crise. Aliás, os textos comunitários apresentam-se com consumo imoderado de «registar», que será de lançar para um registo morto...

Para não falar da maldita **implementação**, que, essa, já não vai passar «dentro de dos horas»: é epidemia que tornou pessoa de bem (v. textos comunitários, legislação nacional, artigos jornalísticos, conversa de comentador desportivo, programas para dona de casa, etc.). Tem-se proposto, em anteriores «a folha», usar termos alternativos como aplicar, executar, etc., para os textos de natureza jurídica. Mas sem eco visível.

E o verbo **constituir**, que também é utilizado a torto e a direito, e com desorganização como a causada por raposa em galinheiro!?

«O Comité dos Contribuintes deverá constituir o principal fórum de debate (...)» diz-se na Decisão EUPOL COPPS/1/2009⁽³⁾. É um exemplo, entre toneladas deles, onde o verbo «ser», que facilita, encurta e não complica, devia ser empregue.

Ainda nessa Decisão figura o seguinte: (Considerando 1) «..... o Conselho autorizou o Comité Político e de Segurança (CPS) a tomar a decisão **relevante** sobre»; trata-se de um lapso frequente que, por via da influência do inglês, também já ganhou a palma ao bom senso — «relevante» significa importante... não sendo isso que ali se pretende dizer, mas sim «decisão adequada/apropriada/pertinente».

Nessa Decisão há também um ponto que suscita dúvida: preceitua-se ali que o Comité dos Contribuintes pode expressar **opiniões**. Na versão inglesa (que deve ter sido a fonte usada para a tradução) fala-se em «*views*»; na alemã «*Stellungnahmen*»; na italiana «*parere*»; na francesa «*avis*»; na espanhola «*opiniones*». Um órgão desse relevo, como é o Comité dos Contribuintes, expressa opiniões? Ou seria melhor: «pareceres»? Trata-se provavelmente de um detalhe, de uma questão de *lana caprina*... mas aqui fica a dúvida, duas horas antes da noite. Antes de tudo ficar tranquilo e silencioso.

luis.f.sabino@gmail.com

⁽³⁾ Decisão EUPOL COPPS/1/2009 do Comité Político e de Segurança, de 27 de Maio de 2009, que cria o Comité de Contribuintes para a Missão de Polícia da União Europeia nos Territórios Palestínianos (EUPOL COPPS). *Jornal Oficial L 132*, de 29 de Maio de 2009: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:132:0018:01:PT:HTML>.

Variante portuguesa do inglês? Dois ou três exemplos

Paulo Correia

Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Peddy-paper... como traduzir para o inglês?

Recebemos recentemente o pedido de tradução de *peddy-paper*... para o inglês. Não é fácil, pois, apesar da aparência «inglesa», trata-se de um termo tipicamente «português», ou seja, apenas utilizado em Portugal.

O que é um *peddy-paper*?

O *peddy-paper* é uma prova pedestre de orientação para equipas, que consiste na realização de um percurso ao qual estão associadas perguntas ou tarefas correspondentes aos diferentes pontos intermédios (ou postos) e que podem determinar a passagem à parte seguinte do percurso.

O *peddy-paper* é uma actividade lúdica, muitas vezes com uma vertente pedagógica, geralmente ligada à aquisição de conhecimentos sobre um determinado tema ou local.

Qual a origem do termo?

O termo *peddy-paper* foi criado para designar, em Portugal, a variante pedestre⁽¹⁾ do *rally-paper* (ou também *rallye-paper*).

Por sua vez, o termo *rally-paper* terá chegado à língua portuguesa através do francês, onde terá tido o significado de prova de «caça ao tesouro» adaptada para a participação de várias equipas (daí o uso de *rally*, no sentido de ajuntamento) deslocando-se a pé, a cavalo, de bicicleta, de automóvel, etc.

Em Portugal, o *rally-paper* ficou, no entanto, exclusivamente ligado a provas realizadas em veículo automóvel, provavelmente por influência da palavra rali.

Qual a melhor tradução para inglês?

Em inglês, encontram-se vários conceitos aparentados, entre os quais:

- *paper chase* — corrida de perseguição, também conhecida como *hare and hounds*;
- *hushing* — actividade atlética de orientação habitualmente combinada com o consumo de álcool;
- *treasure hunt* — jogo de orientação em que o objectivo é a descoberta de um «tesouro», que pode ser apenas uma prova de passagem por um determinado ponto.

Assim, a tradução mais adequada parece ser:

- *peddy-paper* (pt) = *on-foot treasure hunt* (en) — ver IATE: 3506209
- *rally-paper* (pt) = *car treasure hunt* (en)

Como se pode verificar, o termo «português» consegue descrever de forma concisa um conceito relativamente complexo. No inglês, há alguma dificuldade em arranjar termos igualmente simples que consigam transmitir a mesma riqueza de conceitos.

⁽¹⁾ O antepositivo ped(i)-, do latim pes, pedis (pé em sentido próprio e figurado), terá sido transformado no suposto antepositivo «inglês» peddy-. Começam também a aparecer em Portugal outros termos como *eco-paper* ou *foto-paper*.

Sendo *peddy-paper* uma palavra «portuguesa», quando é que se dá o passo seguinte e se aportuguesa a escrita começando-se a escrever **pedipêiper**? Já aparece na blogosfera e uma das vantagens seria evitar pensar-se que se está a utilizar uma palavra inglesa.

Pen... como traduzir para o inglês?

A *pen*, já conhecida de muitos portugueses, adquiriu definitivamente a notoriedade nacional com a entrega do *Orçamento de Estado 2009*, o primeiro em que foi utilizado este suporte informático. As peripécias ligadas à entrega da *pen* e o conteúdo (ou a falta de conteúdo) da mesma ocuparam a comunicação social e a blogosfera nacional durante os dias 14 e 15 de Outubro de 2008. Mas será que a *pen* portuguesa pode ser traduzida tal e qual para inglês?

O que é uma *pen*?

A Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI), no *Glossário da Sociedade da Informação*⁽²⁾, define a *pen* ou **caneta USB** como um «dispositivo que pode ser usado para armazenar qualquer tipo de dados electrónicos e transportá-los entre equipamentos, substituindo as antigas disquetes. É composto por memória *flash* e por uma interface que permite ligá-lo a um computador ou outro equipamento que suporte a interface (barramento) USB.»

Qual a origem do termo?

A origem da *pen* portuguesa é obviamente o inglês, onde coexistem várias designações. Curiosamente, a única referência a *pen* no artigo que lhe é dedicado na Wikipédia em língua inglesa é: «*USB flash drives have been integrated into other commonly-carried items such as watches, pens, and even the Swiss Army Knife; others have been fitted with novelty cases such as toy cars or LEGO bricks. The small size, robustness and cheapness of USB flash drives make them an increasingly popular peripheral for case modding.*»

A caneta é, assim, aparentemente, apenas um dos muitos suportes curiosos que podem ser utilizados.

Qual a melhor tradução para inglês?

A Wikipédia em língua inglesa apresenta 60 (sessenta!) entradas secundárias para a nossa simples *pen* anglo-portuguesa. Apresentam-se, resumidamente, as principais famílias, ignorando todas as variantes resultantes da utilização de maiúsculas/minúsculas e palavras juntas/separadas:

- **família Drive:** *clip drive; (USB) flash drive; (USB) flash memory drive; handy drive; jump drive; (USB) key drive; (USB) pen drive; (USB) thumb drive; USB drive; USB hard drive; vault drive;*
- **família Key:** *disk on key; flash key; (USB) memory key; USB key;*
- **família Stick:** *data stick; USB memory stick; USB stick;*
- **família Disk:** *(USB) flash disk; USB hard disk;*
- **família Flash:** *USB flash;*
- **família Memory:** *USB memory;*
- **família Player:** *USB key player;*
- **família Card:** *USB memory card;*
- **família Pen:** *USB pen.*

⁽²⁾ Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) — *Glossário da Sociedade da Informação*: <http://www.apdsi.pt/contents/files/2007/04/03/f9c53d901df222f03d0250ba488779a2.pdf>.

A tradução mais adequada, tendo em conta a ficha IATE 2245442, parece ser:

- *pen* (pt) = *USB key; USB flash drive* (en)

Como se pode verificar, o termo «português» *pen* consegue descrever, em três letras apenas, um conceito relativamente complexo. Na língua inglesa, em que *pen* tem, entre outros, o significado de caneta, a coisa é mais complicada, sendo necessário juntar-lhe outros elementos para que o conceito fique identificado. Pode ser esta uma das vantagens dos empréstimos: arranja-se uma palavra de outra língua sem qualquer conotação na nossa e cola-se-lhe um determinado conceito, podendo, até, dar-nos ao luxo de deixar cair alguns elementos como *USB* ou *drive*, que se tornam redundantes no termo «português».

Sendo *pen* uma palavra «portuguesa», quando é que se dá o passo seguinte e se aportuguesa a mesma começando-se a escrever **pene**? Em alternativa podemos adoptar a «caneta *USB*» ou a «memória *USB*».

Notar que a *pen* não é o único caso na área da informática em que a variante portuguesa do inglês consegue ser mais sucinta do que o inglês anglo-americano. Veja-se o caso do *Web site* ou *website* que os portugueses (e brasileiros) tendem a simplificar para um simples *site*. Refira-se que, em alternativa, se pode utilizar o termo «sítio *Web*», como é prática mais ou menos generalizada na Direcção-Geral da Tradução. Este é também o termo recomendado pela APDSI.

Maple... como traduzir para o inglês?

O que é um *maple*?

Segundo a Infopédia, o *maple* é uma poltrona baixa, inteiramente estofada ou um cadeirão estofado. Para um anglófono é uma árvore ou a madeira dessa árvore: o ácer.

Qual a origem do termo?

O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa esclarece que «os *maples* tornaram-se conhecidos na Lisboa dos finais do século XIX através de um exportador inglês chamado *Maple*», proprietário da firma londrina *Maple & Co.*, com armazéns em Tottenham Court Road, e que publicava um catálogo de móveis e outros adereços. Talvez daqui a uns anos passemos a ter também objectos designados *ikeas*.

Qual a melhor tradução para inglês?

Neste caso é simples:

- *maple* (pt) = *couch* (en)

Um fenómeno de sempre

Também já utilizámos, em tempos, o francês para criar termos portugueses que os franceses não entendem. Com o tempo e contra algumas resistências também eles foram aportuguesados. Exemplos:

- o *placard* é utilizado pelos portugueses para afixar informação e pelos franceses para guardar, por exemplo, pratos, copos ou chávenas. Com a publicação do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* o **placar** foi finalmente legitimado;

- o *dossier* é utilizado pelos portugueses para arquivar documentos soltos, enquanto os franceses utilizam um *classeur* ou uma *farde* para o mesmo fim. Com a publicação do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* o *dossiê* foi finalmente legitimado.

Paulo.Correia@ec.europa.eu



Acordo ao Acordo

Jorge Madeira Mendes
Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Um mérito ilusório

O Acordo Ortográfico que, presumivelmente, vigorará em breve nos países de língua oficial portuguesa não me suscita particular entusiasmo nem visceral oposição.

Sou, confesso, céptico quanto à utilidade deste instrumento para unificar o português. Por muito que harmonizemos as ortografias, o que em Portugal se exprime como

«Ela disse-lhe: dá-me dois pães»,

continuará no Brasil a ser maioritariamente

«Ela falou para ele: me dá dois pães».

Por isso, é minha convicção que a convergência ortográfica entre os países falantes do português pouco fará para travar a divergência ao nível do vocabulário e, sobretudo, da sintaxe.

A verdadeira vantagem

O principal interesse que vislumbro neste Acordo reside no seu contributo para uma racionalização da escrita. É efectivamente tempo de nos desembaraçarmos dos inúteis *p* de *ótimo* ou *c* de *directo*, letras que só por indesculpável inércia não foram eliminadas desde que as correspondentes consoantes desapareceram da expressão oral. E para que servirá o inexplicável *c* mudo no Ártico ou na Antárctida? Letras que não fazem falta podem muito bem ser suprimidas.

A quem argumenta que a escrita é um repositório, a respeitar, da história da língua, cabe lembrar que, não há muitas décadas, entre outros «desrespeitos», pusemos de parte a irracional ortografia de *pharmacia* e *photographia*, além de termos cortado um *l* a *elle* e a *ella*. E precisarei de lembrar que *um* se escreveu outrora *hũ*? Nas páginas dest'«a folha», tive já ocasião de referir que minha avó escrevia *quási* e que em minha casa havia um *Manual de Medicina Doméstica* com «Conselhos às Jovens Mães». Por outro lado, não esqueçamos a reforma ortográfica, já do meu tempo, que suprimiu o *e* final na terceira pessoa do singular de *querer*, tornando-a uma forma verbal atípica (*quer*, em substituição de *quere*). E aquela outra que suprimiu circunflexos, tornando homógrafas palavras cujos sentido e pronúncia não se confundem: a frase «*ele fora fora*» é hoje difícil de discernir, porquanto se passou a representar pela mesma letra, sem qualquer elemento distintivo, duas vogais diferentes: a de *fora* [ô] e a de *fora* [ó].

Enfim, por coerência com o dito argumento da escrita-repositório, deveríamos grafar *ivstítia*, mesmo que pronunciássemos «justiça», e deveríamos grafar *mater*, mesmo que pronunciássemos «mãe». No limite, ficaríamos como o gaélico, que grava como *Dún Laoghaire* o topónimo simplesmente pronunciado «Dán Líari» ou como *Caoimhe* o nome próprio pronunciado «kwiva».

Uma outra objecção ao Acordo sustenta que a supressão das consoantes mudas provocará, nos falares de Portugal e dos PALOP, uma tendência para o fechamento de vogais que, não sendo tónicas, devem, ainda assim, ser pronunciadas como abertas (tendência essa que só não se verificaria no Brasil, onde as vogais, quer átonas quer tónicas, são geralmente abertas).

Entendemos por vogais fechadas o *a* de *cada* (que se pronuncia [kâdâ]), o *e* de *me*, *te*, *se* (que se pronunciam [mʷ], [tʷ], [sʷ]) e o *o* de *do* (que se pronuncia [du]). E importa não confundir «vogal fechada» com «vogal átona», nem «vogal aberta» com «vogal tónica (ou acentuada)»: por exemplo, na palavra *cada*, ambos os *aa* são fechados, mas o da sílaba *ca-* é tónico (isto é, o acento recai sobre essa sílaba) e o da sílaba *-da* é átono; por sua vez, na palavra *optimizar*, o *o* é aberto mas átono (porquanto o acento recai na sílaba *-zar*).

Segundo o argumento tendente a combater o fechamento das vogais que, não sendo tónicas, devem, ainda assim, ser pronunciadas como abertas, o Acordo poderá causar o seguinte fenómeno: palavras como *ótimo* não sofrerão com a supressão do *p* mudo (porquanto a vogal *o*, sendo tónica, continuará, tendencialmente, a ser aberta), mas, em palavras como *electricidade*, a supressão do *c* mudo provocará o fechamento da vogal *e* que esse *c* aponta como aberta: ou seja, haverá o risco de a palavra, se grafada como *eletricidade*, passar a pronunciar-se [ilʷtricidade]. Ora, eu não sei se tal fenómeno — admitindo que ele venha realmente a produzir-se — será assim tão «dramático». Confesso que, do meu muito pessoal ponto de vista, não me parece que esta eventual (sublinho: eventual) derivação fonética possua gravidade suficiente para pôr em causa um Acordo Ortográfico no qual, conforme adiante exporei, encontro vantagens. De resto, na própria palavra *electricidade* há, desde há muito, uma «irregularidade»: pronunciamo-la *iletricidade*, sem que para tal haja explicação evidente.

As supressões, que já ninguém contesta, do trema e do *h* intercalar provocaram também, a seu tempo, «perversões» fonéticas: há hoje uma tendência para, na palavra *reiterar*, aglutinar em ditongo o primeiro *e* e o *i* que se lhe segue: pronuncia-se, cada vez mais, [reyterar], quando, na verdade, a pronúncia correcta seria [re-iterar], com separação fonética das duas vogais consecutivas (até já ouvi, num canal de televisão, «fulano *rêitera*»). E é apenas um exemplo. Por outro lado, há diversos casos de vogais não acentuadas que se pronunciam de forma aberta: a palavra *geração*, no sentido de «conjunto de indivíduos da mesma faixa etária», é mais frequentemente pronunciada como [jèração], se bem que o acento recaia sobre a última sílaba (*-ção*), ao passo que a sua homógrafa *geração*, no sentido de «acto ou efeito de gerar», tende a pronunciar-se [jʷração]. Do mesmo modo, em *retórica*, não deixamos de abrir a vogal da sílaba *re-*, se bem que o acento recaia na vogal da sílaba *-tó-*; identicamente em *padaria*, que ninguém pronuncia [pâdária], mas sim [pâdária] (acentos na vogal da sílaba *-ri-*, mas abertura da vogal da sílaba *pa-*).

A escrita fonética (capítulo-parêntesis)

Este Acordo tem a vantagem de, embora muito incipientemente, aproximar o português daquilo a que se chama uma «língua fonética», por tal se entendendo a língua cuja ortografia reproduziria, de modo praticamente inequívoco, a fonética. O nosso vizinho espanhol é bastante fonético: quem conheça as regras da sua ortografia sabe pronunciar as palavras.

São-no também o italiano (com excepção das palavras esdrúxulas, para as quais não existe acento gráfico), o alemão e o neerlandês. Mas, neste domínio, o recorde pertence às línguas da Europa Oriental que se grafam com caracteres latinos: polaco, checo, eslovaco, húngaro, romeno, croata, albanês.

E, acima de todas, o turco, que é a língua fonética por excelência. Por uma razão muito simples: o alfabeto árabe, que comporta poucos símbolos para as vogais, não se compadecia com a enorme riqueza vocálica do turco. Então, quando Kemal Atatürk decretou em 1928 a grande reforma da ortografia turca, com adopção de caracteres latinos, procedeu-se a uma racionalização do alfabeto, fazendo corresponder a cada som (isto é, a cada vogal ou consoante) um e um só símbolo gráfico (isto é, uma e uma só letra); e, reciprocamente, a cada símbolo gráfico (isto é, a cada letra) um e um só som (isto é, uma e uma só vogal ou consoante).

É esta correspondência biunívoca que escasseia fragorosamente no português (ainda assim, não estamos sós: quem estudou inglês sabe até que ponto pode ser difícil acertar com a pronúncia correcta de uma palavra que nos aparece pela primeira vez sob forma escrita: *recipe*, *gross*, *gauge* e *catastrophe* são apenas quatro exemplos de fuga às regras tendenciais; mas, com todo o brilho que doura a língua de Shakespeare, eu preferia que a minha não a acompanhasse neste particular).

Voltando ao espanhol, note-se que, apesar de a sua grafia obedecer a regras bem precisas, que dificilmente permitem equívocos, esta língua não segue à risca a regra da correspondência biunívoca entre as letras e os fonemas por elas representados: A consoante sibilante línguo-dental que no inglês é representada pelo par de letras *th* (como em *think*), que no islandês é representada pela letra rúnica *þ* (minúscula, como em *þota*) ou *Þ* (maiúscula, como em *Þingvellir*) e que no grego é representada pela letra *θ* (como em *Αθηνα*) tem uma dupla representação em espanhol: antes das vogais *e* e *i*, é representada pela letra *c* (*aceite*, *oficina*); antes das vogais *a*, *o* e *u*, é representada pela letra *z* (*pieza*, *pozo*, *azul*). E, já agora, acrescento que, em espanhol, a letra *z* nunca representa a consoante que ocorre, por exemplo, na palavra portuguesa *azo*: na verdade, a consoante sibilante doce da palavra portuguesa *azo* pura e simplesmente não existe na língua castelhana (não resisto a deixar aqui uma crítica aos portugueses que, em bom «español», chamam «Zamora», com *z* português, à cidade leonesa de Samora, e «Zaragoza», também com *z* português, à aragonesa Saragoça).

O francês é um caso singular: ler poderá não ser muito complicado, mas escrever correctamente é outra história. Consideremos a palavra *beaucoup*: quem conhece as regras fonéticas do francês não tem dificuldade em pronunciar-la; mas os meus amigos russos imigrados na Bélgica confessam-me não perceber por que razão uma palavra com duas consoantes e duas vogais — para a qual bastariam, por conseguinte, quatro letras (*boku*, no entender deles; mais propriamente *bokou*, no meu) — precisa de oito!

A muitos, a escrita húngara lembra uma floresta impenetrável de tremas, acentos (simples e duplos), *ss* casados com *zz*, *cc* casados com *ss*, enfim... Ora, a verdade é que cada letra ou grupo de letras tem uma função fonética bem precisa na escrita húngara, o que permite pronunciar-la correctamente até por quem não saiba o que está a ler.

É certo que o turco aproveitou a renovação ortográfica total como oportunidade para uma racionalização máxima. Algo de idêntico ocorreu com o alemão e o italiano, sistematizados no século XIX com base nos falares eruditos dos maiores expoentes culturais das respectivas nações e o contributo dos dialectos de que derivavam. Argumentar-se-á que o velho e multissecular português não beneficia de circunstâncias comparáveis. Pois não. Mas velinhos e multisseculares são também os citados polaco, eslovaco, checo, húngaro, romeno ou croata, que, em contrapartida, souberam operar actualizações incessantes da sua ortografia em função da lógica e da evolução fonética. Em princípios do século XX, também o neerlandês sofreu uma reforma ortográfica profunda que aumentou consideravelmente a sua coerência.

Os estudantes polacos, checos, húngaros, romenos ou croatas raramente dão erros no ditado. Basta-lhes pronunciar mentalmente as palavras e utilizar para cada som o símbolo gráfico que aprenderam corresponder-lhe (coitado de mim, que, na Primária, tinha de escrever *autorização* mas comia reguadas se não escrevesse *paralisação*).

Pergunte-se a um português quantas vogais e quantas consoantes há na palavra *anda* e ele responderá, provavelmente, que há uma vogal e duas consoantes. Pois é falso. Há duas vogais distintas, erroneamente representadas ambas pela letra *a*: uma (no início da palavra) é nasal, a outra (no final) é oral; e há uma só consoante, a da sílaba final, representada pela letra *d*. Dir-me-ão: e o *n*, não é também uma consoante? Não, aquele *n* não representa nenhuma consoante: trata-se, sim, de um símbolo gráfico (isto é, uma letra) que, embora normalmente represente uma consoante (como na palavra *ano*), no caso da palavra *anda* não representa consoante nenhuma, servindo antes para indicar que é nasal a vogal à qual ele se segue. Dito de outro modo: a palavra *anda* poderia ser escrita como *ãda* (o que até seria mais correcto e inequívoco).

Por outro lado, acrescento que, segundo as regras de uma ortografia racional, como a romena, uma palavra como a portuguesa *nada* escrever-se-ia *nadã*, uma palavra como *cada* escrever-se-ia *cãdã*, e uma palavra como *vereda* escrever-se-ia *vîredã* — sem qualquer ambiguidade quanto à pronúncia.

A racionalidade absoluta de uma língua traduzir-se-ia, na prática, por uma correspondência biunívoca entre os sons (as vogais e as consoantes) e os símbolos ou caracteres gráficos (as letras) que os representariam. A cada som, uma e uma só letra; e cada letra para um e um só som.

Vejam os alguns exemplos da ambiguidade da ortografia portuguesa:

— A letra *s* pode representar pelo menos duas consoantes distintas, como na palavra *sopesar* (que seria muito mais coerentemente escrita como *sopezar*). E já nem me refiro ao som chiante que ela representa no artigo feminino plural *as* (porque aqui, com boa vontade, podemos considerar que se trata de um regionalismo fonético, havendo muitos, designadamente no Brasil, que o pronunciam *ass*).

— A consoante da palavra *azo* ocorre também na palavra *asa*, mas é representada por uma letra distinta.

— Nas palavras *ouço*, *asso* e *saio*, existe uma mesma consoante (sibilante surda), mas representada graficamente de três formas distintas.

— O caso da letra *x* é tremendo: tem som chiante em *taxa*, pronuncia-se *ks* em *nexo*, substitui um *z* em *exame*, muda para *s* em *auxílio*, vale *gz* em *uxoricida*, não se distingue de um *s* chiante em *expectativa*. Por outro lado, o som chiante que há em *luxo* existe também, embora diversamente representado, em *acho*.

— Outros exemplos de duplicidade fonética são as letras *c* (ora gutural, como em *caco*, ora sibilante, como em *iça* ou *céu*, fazendo concorrência à letra *s*) e *g* (ora gutural, como em *gago*, ora palatal, como em *agi*, fazendo concorrência à letra *j*). A propósito, a letra *g* chama-se *ghê* ou *jê*?

Não estou, de modo nenhum, a preconizar uma reforma ortográfica radical para a língua portuguesa. Há limites, e eu reconheço-os. Quero, tão-só, apontar o mérito que este Acordo vai ter, ao racionalizar a escrita em algumas situações (poucas que sejam).

Uma simplificação mais ousada mas viável

Sem qualquer risco de extremismo, poderia defender uma medida assaz simples, que seria a supressão da letra *u* nos casos em que não existe a correspondente vogal a seguir à letra *q*. Por exemplo, qual a necessidade de escrevermos *quero* em vez de *qero*? Trata-se de um resquício do latim clássico, que só por inércia o português, o castelhano e o francês mantiveram até aos nossos dias (é que, em latim, o *u* que sempre acompanhava a letra *q* representava de facto uma vogal claramente pronunciada, como acontece no moderno italiano).

Esta supressão teria a vantagem de facilitar a leitura de algumas palavras, hoje completamente à deriva no português europeu: é o caso de *sequestro*, que, em Portugal, quase toda a gente pronuncia (erradamente) *seqestro*; no Brasil, grafa-se ainda *seqüestro*, mas o Acordo vai suprimir os tremas, pelo que passará a existir lá o mesmo risco de deriva fonética. Por conseguinte, poderíamos escrever «*porque qero aquilo*», mas continuaríamos a escrever «*quando quatro frequentes sequestros quinquenais*».

E talvez devêssemos atentar na tendencial evolução da letra *q* para *k*: as novas tecnologias estão a impô-la nos *e-mails* e nos *SMS*, e de pouco servirá desdenharmos eruditamente dessa «moda» própria das novas gerações, às quais mais preocupa a simplicidade e a rapidez da mensagem do que a obediência às regras da ortografia (contra o meu interesse falo, que considero o *q* muito mais latino e, por extensão, mais português do que o germânico e eslavo *k*, mas aceitaria *kerido* em vez de *qerido*, porque igualmente racional).

Indo um pouco mais longe, poderia até propor a grafia *frekwente*, porque o som vocálico que se segue de imediato à consoante *k* é, mais propriamente, um ditongo progressivo, cujo fonema inicial é a semi-vogal que representaríamos pela letra *w* — mas talvez isto seja de facto ir longe de mais. Dissertaria de modo idêntico acerca do *u* que se coloca a seguir à letra *g* para a guturalizar antes de *e* ou *i* (*guia*, *guerra*, etc.). Com efeito, esta regra está também na origem da ambiguidade de palavras como a própria *ambiguidade*: os brasileiros ainda a grafam *ambigüidade*, mas vão ter de pôr o trema de parte, fazendo com que ela (tal como as suas congéneres) corra o risco de acabar por se pronunciar *ambighidade*.

Voltando ao iminente Acordo Ortográfico, acho pois que, se ele peca, é mais por ficar aquém daquilo que, sem carácter drástico, estaria ao seu alcance.

Orientação e equívocos em relação ao Acordo

Uma vez que, em breve, teremos de nos reger pelo Acordo Ortográfico, importa conhecê-lo. É útil consultar a *Resolução da Assembleia da República n.º 26/91*, de 16.12.1990⁽¹⁾, que aprova, para ratificação, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e cujos anexos I e II descrevem e justificam o seu dispositivo.

Há, por outro lado, correctores ortográficos e outros instrumentos electrónicos de apoio, como os que preparou a empresa Priberam Informática, de Lisboa.

Podemos ainda citar o *Dicionário da Porto Editora* (edição de 2009), que inclui um *Guia Prático* segundo as normas do Acordo; o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (5.ª edição), da Academia Brasileira de Letras; e o *Léxico da Galiza*, da Academia Galega da Língua Portuguesa (em aparte, não me privo de deplorar a falta de uma eficiente Academia da Língua em Portugal).

Mas, por motivos práticos, é sobretudo fundamental desmistificar mal-entendidos, quer intencionais quer resultantes de simples ignorância.

A propósito da petição «Manifesto em Defesa da Língua Portuguesa contra o Acordo Ortográfico»⁽²⁾, dirigida ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República e ao Primeiro-Ministro de Portugal, circulou nos últimos meses pela Internet um comentário sob o lema «A Minha Pátria é a Língua Portuguesa», cujo autor, num exercício de retórica tão poético e rebuscado quão inútil — e,

⁽¹⁾ Resolução da Assembleia da República n.º 26/91 que aprova, para ratificação, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. *Diário da República — I Série-A*, n.º 193, de 23.08.1991: <http://www.dre.pt/pdfs/1991/08/193A00/43704388.pdf>.

⁽²⁾ Manifesto em Defesa da Língua Portuguesa contra o Acordo Ortográfico: <http://www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa/>.

principalmente, nocivo —, atacava uma suposta deriva de «facto» para «fato», «pacto» para «pato», «hora» para «ora», «húmido» para «úmido».

Ora, nada disto vai acontecer com o Acordo Ortográfico. Na palavra «pacto» (ou seja, acordo, contrato), a letra *c* pronuncia-se (tanto em Portugal como no Brasil). Por isso, o Acordo estipula que continuará a escrever-se «pacto», sem confusão com o nome da ave palmípede.

Passa-se o mesmo com a palavra «facto», que, nos termos do acordo, continuará a escrever-se «facto» em Portugal. Acontece é que os brasileiros não a pronunciam como *fakto* (e sim como *fato*), pelo que, no Brasil (e só no Brasil), continuará a escrever-se «fato», sem confusão com a peça de vestuário, porque a essa dão eles o nome de «terno».

Quanto a «hora», não passará a escrever-se «ora»: quer em Portugal quer no Brasil, escreve-se e continuará a escrever-se «hora».

O caso de *húmido* / *úmido* é semelhante ao de *facto* / *fato*: continuará a escrever-se «húmido» em Portugal e «úmido» no Brasil. Em todo o caso, se se suprimisse o *h* de «húmido» (como qualquer *h* inicial, que é uma letra totalmente inútil), não se trataria de nenhuma tragédia. O italiano eliminou, há décadas, todos os *hh* iniciais (com exceção de quatro palavras: *ho*, *hai*, *ha*, *hanno* — «tenho», «tens», «tem», «têm»), mas não me consta que, se alguma vez a Itália esteve em crise, tenha sido por tal motivo.

O caso particular dos acentos gráficos

Uma das diferenças que se manterão entre o «português» e o «brasileiro» regista-se a nível de alguns acentos: por exemplo, *génio* e *cómoda* em Portugal, *gênio* e *cômoda* no Brasil. Com a entrada em vigor do Acordo, qualquer das formas será lícita num país ou no outro — tal como desde há muito, mesmo sem Acordo, se pode escrever *tampouco* e *comumente* (formas mais usuais no Brasil) ou *tão-pouco* e *comumente* (formas mais usuais em Portugal).

Posto isto, importa esclarecer que não se trata de indiscriminadamente substituir um qualquer acento agudo do português de Portugal pelo acento circunflexo. Essa correspondência ocorre apenas no caso de vogais que o português de Portugal considera orais e o português do Brasil considera nasaladas por um *m* ou um *n* subsequentes.

Por exemplo, colocamos um acento agudo no *a* de *pátio* porque o entendemos como vogal acentuada oral, mas colocamos um acento circunflexo em *âmago* e *ânimo* porque entendemos que o *m* e o *n* que se seguem ao *a* acentuado o tornam nasal⁽³⁾. O Brasil apenas estende esta lógica às vogais *e* e *o* quando acentuadas. Assim, escreve-se lá *Eugênia*, *Antônio*, *homônima*, *gênero*. Portanto, com a mesma liberdade com que já hoje podemos escrever, indistintamente, *rotura* ou *ruptura*, o Acordo autorizar-nos-á a escrever *Eugênia* ou *Eugénia*, *Antônio* ou *António*, *homônima* ou *homónima*, *gênero* ou *género* (independentemente do modo como pronunciemos cada uma destas palavras).

Mas é importante percebermos a razão por que, em contrapartida, não passaria de modo algum a ser válido escrever *emêrita* ou *hipôdromo* em lugar de *emérta* e *hipódromo*.

Jorge-Madeira.Mendes@ec.europa.eu

⁽³⁾ Refiro-me ao português-padrão, pois as formas *âmago* e *ânimo* existem no galego (que ignora vogais nasais) e nos falares do Norte de Portugal.

CEO e companhia

Verónica Fitas
Estagiária — Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

[Com a colaboração de Paulo Correia, Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia]

O CEO

Em inglês, por volta dos anos 60 do século passado⁽¹⁾, apareceu a sigla CEO, correspondente a *chief executive officer* e utilizada como título do principal executivo de grandes empresas multinacionais. CEO deu origem à criação de um sem-fim de siglas do tipo CXO, correspondentes a todo o tipo de *chief officers* a níveis inferiores. O êxito destas siglas foi tal que extravasou o universo das grandes multinacionais, chegando aos cartões de visita de quadros de pequenas e médias empresas e, até, de microempresas.

Em Portugal, e noutros países, esta família de siglas (e as respectivas designações em inglês) passou, muitas vezes, a substituir ou a coabitar com os títulos tradicionais de funções bem conhecidas no mundo empresarial.

Recuo no tempo

Os termos utilizados em inglês para designar o líder máximo de uma empresa têm variado com o tempo⁽²⁾. Nos primórdios da Revolução Industrial, a chefia estava a cargo de um *manager*. Com o decorrer do tempo, este título foi sendo alargado a outras funções na empresa e, por conseguinte, foi perdendo a sua força. Talvez por isso, nos finais do século XIX, se tenha sentido a necessidade de criar um novo termo que designasse o cargo mais alto na hierarquia de uma empresa. E, assim, surgiria o título *president*.

Ao longo de 80 anos, assistiu-se a uma proliferação de cargos em que a palavra *president* estava obrigatoriamente presente — *vice president*, *senior vice president*, *executive vice president* —, o que fez com que o título *president* já não soasse como outrora. Uma vez mais, um novo termo foi criado e, desta feita, nasceria o *chief executive officer*, logo abreviado para o popularíssimo CEO.

Dificuldades de tradução de CEO

Embora cada vez mais veiculado pelos meios de comunicação social portugueses e usado a título informal sobretudo em empresas de grande dimensão, CEO é um termo cuja tradução não é evidente, na medida em que esta requer algum conhecimento do organograma da empresa.

Restringindo a análise à esfera das grandes empresas, apresenta-se, em seguida, uma grelha em que são contempladas algumas das maiores empresas portuguesas e em que são referenciados os órgãos sociais com funções executivas e as designações oficiais dos cargos correspondentes à designação CEO.

⁽¹⁾ De acordo com o artigo «O que é... Chairman», de Max Gehringer, publicado na revista *Você S/A*, n.º 58, São Paulo, Editora Abril, 2003: http://vocesa.abril.com.br/edicoes/58/pgart_07_24042003_4859.shl [consultado em 7.7.2009].

⁽²⁾ De acordo com o artigo «What's the Replacement Term for "CEO"», de Geoffrey James, publicado no blogue *Sales Machine*: <http://blogs.bnet.com/salesmachine/?p=231> [consultado em 7.7.2009].

Empresa	Órgão social⁽³⁾	Cargo do CEO
Banco Millennium BCP Investimento, SA	Conselho de Administração Executivo	Presidente do Conselho de Administração Executivo
EDP-Energias de Portugal, SA	Conselho de Administração Executivo	Presidente do Conselho de Administração Executivo
TAP	Conselho de Administração Executivo	Presidente do Conselho de Administração Executivo
Banco Espírito Santo, SA	Comissão Executiva	Presidente da Comissão Executiva
GALP Energia SGPS, SA	Comissão Executiva	Presidente da Comissão Executiva
Portugal Telecom SGPS, SA	Comissão Executiva	Presidente da Comissão Executiva
Sonae-SGPS, SA	Comissão Executiva	Presidente da Comissão Executiva

A partir dos exemplos dados, conclui-se rapidamente que, neste contexto, são várias as designações em português para *chief executive officer*, tendo em conta a orgânica da empresa em questão. No caso de grandes empresas com organogramas complexos, parece possível a tradução genérica «presidente executivo». Nalguns casos, o presidente executivo presta contas directamente à assembleia geral da empresa e, noutros casos, responde perante um conselho de administração não executivo⁽⁴⁾.

Se a análise for alargada às empresas pequenas, médias e micro, provavelmente já não se poderá adoptar a mesma solução de tradução, pois a orgânica dessas empresas é diferente. Por exemplo, numa sociedade por quotas, o CEO seria o «sócio-gerente».

Não obstante o que acima foi mencionado, é possível, igualmente, avançar com uma tradução neutra do termo inglês em causa. A sua decomposição em *chief officer* + *executive* e posterior tradução para português dá lugar a «director» e «executivo», respectivamente. A tradução «**director executivo**» afigura-se como uma solução do tipo *passé-partout*, isto é, suficientemente abrangente e, portanto, capaz de contemplar diferentes cenários (leia-se: organogramas), ainda que, por vezes, haja necessidade de retrabalhá-la em função da especificidade dos cargos.

Vários níveis de CEO

Nas empresas multinacionais com organizações geograficamente complexas, podem existir vários níveis de CEO abaixo do CEO de topo, nomeadamente:

- *Regional CEO*,
- *Country CEO*,
- *Branch CEO*.

A multinacional Vodafone apresenta-se, precisamente, como um exemplo paradigmático desta teia de CEO. Uma pesquisa no sítio Web da empresa⁽⁵⁾ esclarece que a liderança do grupo está a cargo de um CEO, que é o presidente da comissão executiva. Nesta comissão executiva, têm assento outros três

⁽³⁾ Informação disponível no sítio Web da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) para os casos das empresas cotadas em bolsa: http://web3.cmvm.pt/sdi2004/emitentes/cons_ent_soc_ab.cfm [consultado em 7.7.2009].

⁽⁴⁾ Em Portugal, é cada vez mais frequente ouvir-se e ler-se, neste contexto, «reportar a». Ora, essa expressão, decalcada do inglês, não se encontra consagrada nos dicionários de referência para a língua portuguesa.

⁽⁵⁾ Vodafone — Our chief executives:

http://www.vodafone.com/start/about_vodafone/who_we_are/subsidiary_operations.html [consultado em 7.7.2009];

Vodafone — Executive Committee:

http://www.vodafone.com/start/about_vodafone/corporate_governance/executive_committee.html [consultado em 7.7.2009].

CEO que repartem entre si a direcção da Vodafone em três zonas do mundo, presidindo a conselhos dos CEO das filiais da Vodafone nos diferentes países onde o grupo opera. Nestes conselhos, têm assento os 20 CEO dos diferentes países, entre os quais o presidente executivo da Vodafone Portugal. À medida que se vai percorrendo esta teia hierárquica, percebe-se, pois, que a Vodafone tem pelo menos $1+3+20 = 24$ CEO!

A família CXO

Geralmente, a cada nível de CEO corresponde um conjunto de subordinados com responsabilidades de gestão específicas. Esses cargos passaram a adoptar designações mais ou menos criativas, encaixando no modelo CXO, em que o *X* substitui *executive*.

A título de exemplo:

- CFO, sigla correspondente a *chief financial officer*,
- CQO, sigla correspondente a *chief quality officer*,
- CRO, sigla correspondente a *chief risk officer*.

No quadro que figura no final deste artigo, é apresentada uma lista não exaustiva de elementos da família CXO e as respectivas propostas de tradução na linha de «director de...». Estas soluções podem, também, ser encontradas nas fichas IATE aí indicadas.

Nota final

Se, por um lado, a família CXO cresceu e se alargou a novas funções, tendo sido adoptada por empresas cada vez mais pequenas, por outro, o termo CEO parece começar a perder um pouco do prestígio de que desfrutou no século passado. Um possível sinal do esgotamento do termo CEO é a necessidade que muitos executivos sentem de fazer acompanhar este título de outros títulos. No Google, encontram-se, por exemplo, cerca de 529 000 referências ao título «Chairman, President and CEO»⁽⁶⁾.

Não será assim de estranhar que, no futuro, venha a surgir uma nova geração de títulos para executivos, o que colocará novos desafios aos tradutores, profissionais que trabalham diariamente com a língua numa busca incessante do melhor significante para cada significado.

veronica.fitas@gmail.com

⁽⁶⁾ Proposta de tradução: Presidente do Conselho de Administração, Presidente e Director Executivo.

Alguns elementos da família CXO

Sigla	en	pt	IATE
CAO	Chief Accounting Officer	director da contabilidade	1664026
CCO	Chief Communications Officer	director de comunicação	1870165
CCO	Chief Credit Officer	director de crédito	1909491
CEO	Chief Executive Officer	director executivo	886412
CFO	Chief Financial Officer	director financeiro	179047
CIO	Chief Information Officer	director de informática	1037119
CIO	Chief Investment Officer	director de investimento	1039120
CKO	Chief Knowledge Officer	director de conhecimento	1063836
CLO	Chief Learning Officer	director de formação	2100063
CLO	Chief Legal Officer	director jurídico	1907848
CMO	Chief Marketing Officer	director de <i>marketing</i>	1869963
COO	Chief Operating Officer	director de operações	214397
CPO	Chief Privacy Officer	director de privacidade	1870007
CPO	Chief Purchasing Officer	director de compras	325466
CQO	Chief Quality Officer	director da qualidade	178502
CRO	Chief Risk Officer	director de riscos	1869230
CSO	Chief Security Officer	director de segurança	1869510
CSO	Chief Strategy Officer	director de estratégia	2109147
CTO	Chief Technical Officer	director técnico	1049308



As unidades e os seus plurais

Paulo Correia
Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Em números anteriores de «a folha», já houve oportunidade de tratar algumas questões ligadas aos nomes e símbolos das unidades de medida do Sistema Internacional (SI)⁽¹⁾ e, também, às designações das unidades monetárias de Estados-Membros⁽²⁾ fora da zona euro. Em ambos os casos, ficou por tratar a questão dos plurais dos nomes das unidades, a qual suscita frequentes dúvidas.

Plurais das unidades do SI

O Bureau Internacional de Pesos e Medidas (BIPM), na publicação *Le Système international d'unités* (8.ª edição, 2006), indica as regras de escrita dos símbolos e nomes das unidades e de expressão dos valores das grandezas em francês⁽³⁾ e inglês. Estas regras aplicam-se, com pequenas adaptações, à língua portuguesa, tal como indicado pelo Museu de Metrologia⁽⁴⁾ do Instituto Português da Qualidade. Resumidamente:

- Os símbolos das unidades são impressos em caracteres romanos (direitos).
- Em geral, os símbolos das unidades são escritos em minúsculas, mas, se o nome da unidade deriva de um nome próprio, a primeira letra do símbolo é maiúscula.

⁽¹⁾ Correia, Paulo — Símbolos de Unidades (SI). *a folha*, n.º 0.

⁽²⁾ Correia, Paulo — Novos Estados-Membros, novas línguas. *a folha*, n.º 16:

http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha16_pt.pdf.

⁽³⁾ Bureau International des Poids et Mesures — *Brochure sur le SI: Règles d'écriture des noms et symboles d'unités et expression des valeurs des grandeurs*: http://www.bipm.org/fr/si/si_brochure/chapter5/.

⁽⁴⁾ Museu de Metrologia — *O Sistema Internacional de Unidades*: <http://www.ipq.pt/museu/sistema/index.htm>.

- Os símbolos das unidades ficam invariáveis no plural.
- Os símbolos das unidades não são seguidos de um ponto, salvo se estão no fim de uma frase e o ponto tem a função habitual da pontuação.
- O nome da unidade propriamente dita começa sempre por uma minúscula, salvo se se trata do primeiro nome de um período ou do nome «grau Celsius».

O Museu de Metrologia nada refere, porém, quanto à formação de plurais, pelo que recorreremos directamente à publicação do BIPM supramencionada.

Les noms des unités sont [...] considérés comme des noms ordinaires.

(exemplo: 2,6 m/s ou 2,6 mètres par seconde)

...

Ce n'est que lorsque l'on écrit le nom de l'unité en toutes lettres que l'on applique les règles grammaticales ordinaires.

(exemplo: un film de 35 millimètres de largeur)

As designações das unidades devem sujeitar-se, assim, plenamente às normas da língua portuguesa. Se é certo que o plural da maioria das unidades não levanta problemas, fazendo-se por simples aposição de *s* final, existem alguns casos, como as unidades terminadas em *l*, *n*, *x* e *z*, em que se verifica dispersão de recomendações entre os vários dicionários e outros recursos em linha para a língua portuguesa que foram consultados:

	Bq becquerel	Hz hertz	lm lúmen	lx lux	Pa pascal
Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea ⁽⁵⁾	becquerels	hertz	lúmenes	lux	pascals
Infopédia ⁽⁶⁾	—	hertz	lúmenes	—	—
MorDebe ⁽⁷⁾	becquerels	hertzes	lúmenes	luxes lux	pascais
Ciberdúvidas da Língua Portuguesa ⁽⁸⁾	becquerels	hertz	lúmenes	—	pascals pascais
Dicionário Houaiss (Portugal) ⁽⁹⁾	becqueréis	—	lúmenes	—	pascals
Novo Aurélio Século XXI ⁽¹⁰⁾	becquerels	hertz	lumens	lux	pascals
Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa ⁽¹¹⁾	—	hertz	lumens lúmenes	lux	—
ABL Responde ⁽¹²⁾	becqueréis	hertz	lumens lúmenes	lux luxes	pascals

Para os casos seleccionados, verifica-se em diferentes fontes uma legitimação da norma oral preponderante em Portugal no meio técnico, correspondente a uma assimilação às regras correntes de formação de plurais para palavras com terminações semelhantes. É essa a opção apresentada nas tabelas em anexo.

⁽⁵⁾ Academia das Ciências de Lisboa — *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Braga : Editorial Verbo, 2001.

⁽⁶⁾ Porto Editora — Infopédia: <http://www.infopedia.pt>.

⁽⁷⁾ Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) — *MorDebe*: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=mordebecontent>.

⁽⁸⁾ Ciberdúvidas da Língua Portuguesa: <http://www.ciberduvidas.pt>.

⁽⁹⁾ Instituto António Houaiss de Lexicografia – Portugal — *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa : Temas e Debates, 2003.

⁽¹⁰⁾ Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda — *Novo Aurélio Século XXI*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1999.

⁽¹¹⁾ Academia Brasileira de Letras — *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. 5.ª ed. São Paulo : Global, 2009.

⁽¹²⁾ «ABL Responde» é um serviço em linha da Academia Brasileira de Letras que faculta respostas em tempo útil (menos de um dia): <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=569>.

Essas tabelas cobrem não só as unidades SI (unidades de base e unidades derivadas com nome especial) como também outras unidades utilizadas em certos domínios especializados, tais como as unidades reconhecidas na Directiva 80/181/CEE do Conselho, de 20 de Dezembro de 1979, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes às unidades de medida⁽¹³⁾⁽¹⁴⁾. São igualmente indicados os números das fichas terminológicas IATE equivalentes.

Plural das unidades monetárias da UE

Dos 27 Estados-Membros da União Europeia, 16 já adoptaram o euro. Quanto aos restantes 11, quando é necessário referir, em texto corrido, o plural do nome das respectivas unidades monetárias, deparamo-nos com dois casos distintos:

- No caso de moedas com nomes portugueses, os plurais dos nomes das unidades monetárias são naturalmente formados segundo as regras do português. É o caso das coroas, utilizadas em duas monarquias e duas repúblicas (Dinamarca, Estónia, República Checa e Suécia), das libras (Reino Unido).
- No caso de moedas sem nomes portugueses, encontram-se duas abordagens distintas — plural aportuguesado (geralmente com *s* final) ou utilização do plural da língua de origem.

O zlóti (Polónia) e o forinte (Hungria) são casos intermédios, pois nem todas as fontes adoptam o aportuguesamento do termo.

	BGN lev ⁽¹⁵⁾	HUF forint forinte	LVL lats	LTL litas	PLN zloty ⁽¹⁶⁾ zlóti/zloti	RON leu
Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea	—	forints	lats	litas	—	—
Infopédia	—	forints	lats	litas	zlotys zlóti	leus
MorDebe	levs	forints	lats	litas	zlóti zlotys	leus
Ciberdúvidas da Língua Portuguesa	—	—	—	—	—	leus
Dicionário Houaiss (Portugal)	leva	forintes	—	—	zlotys	lei
Novo Aurélio Século XXI	leva	forintes	—	—	zlotis	lei
VOLP	leva	forintes	—	—	zlóti zlotis	lei
ABL Responde	leva	forintes	—	—	zlóti zlotis	lei

Verifica-se a existência de fontes que legitimam a formação de plurais de acordo com as regras do plural em português. É essa a opção apresentada nas tabelas em anexo, em que se optará também pelas variantes portuguesas de forinte e zlóti.

⁽¹³⁾ Directiva do Conselho de 20 de Dezembro de 1979 relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros respeitantes às unidades de medida e que revoga a Directiva 71/354/CEE. *Jornal Oficial* n.º 39, de 15 de Fevereiro de 1980: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CONSLEG:1980L0181:20000209:PT:PDF>.

⁽¹⁴⁾ Esta directiva está transposta para a ordem jurídica portuguesa pelos decretos-lei n.ºs 427/83, 238/94 e 254/2002.

⁽¹⁵⁾ Lev é a transliteração de лев.

⁽¹⁶⁾ Zloty é uma ortografia truncada; em polaco: zloty (literalmente «dourado»); o *l* (l com barra) pronuncia-se como um *u*.

Evitam-se, assim, as «armadilhas» que a utilização dos plurais das línguas de origem pode levantar em línguas em que a forma do plural pode variar com o número (dual, etc.) ou a função sintáctica na frase. Veja-se, como curiosidade, o que aparece impresso nas moedas e notas:

forinte: 1 forint, 2 forint, 5 forint, 10 forint, 20 forint, 50 forint, 100 forint, 200 forint, 500 forint, etc.

lats: 1 lats, 2 lati, 5 lati, 10 latu, 20 latu, 50 latu, 100 latu, 200 latu, 500 latu

leu: 1 leu, 5 lei, 10 lei, 50 lei, 100 lei

lev: 1 лев, 2 лева, 5 лева, 10 лева, 20 лева, 50 лева, 100 лева

litas: 1 litas, 2 litai, 5 litai, 10 litų, 20 litų, 50 litų, 100 litų, 200 litų, 500 litų

złóti: 1 złoty, 2 złote, 5 złotych, 10 złotych, 20 złotych, 50 złotych, 100 złotych, 200 złotych

Paulo.Correia@ec.europa.eu

Unidades do SI e outras unidades correntes

Unidade	Plural	Símbolo	Grandeza correspondente	IATE
ampere ⁽¹⁷⁾ (m.)	amperes	A	intensidade de corrente eléctrica	1084401
becquerel (m.)	becqueréis	Bq	actividade (raios ionizantes)	1084490
candela (f.)	candelas	cd	intensidade luminosa	1369148
coulomb (m.)	coulombs	C	carga eléctrica, quantidade de electricidade	1552753
esterradiano (m.)	esterradianos	sr	ângulo sólido	791361
farad (m.)	farads	F	capacidade eléctrica	1553528
grau Celsius (m.)	graus Celsius	°C	temperatura Celsius	1084741
gray (m.)	grays	Gy	dose absorvida	1085015
henry (m.)	henrys	H	indutância	1553898
hertz ⁽¹⁸⁾ (m.)	hertzes	Hz	frequência	1085050
joule (m.)	joules	J	energia, trabalho, quantidade de calor	1085142
kelvin (m.)	kelvins	K	temperatura termodinâmica	1085145
lúmen (m.)	lúmenes	lm	fluxo luminoso	1369140
lux (m.)	luxes	lx	iluminação	1369156
metro (m.)	metros	m	comprimento	1557753
mole (f.)	moles	mol	quantidade de matéria	1085254
newton (m.)	newtons	N	força	1085288
ohm (m.)	ohms	Ω	resistência eléctrica	1554786
pascal (m.)	pascais	Pa	pressão, tensão	1085360
quilograma (m.)	quilogramas	kg	massa	1420855
radiano (m.)	radianos	rad	ângulo plano	1555285
segundo (m.)	segundos	s	tempo, duração	1555530
siemens (m.)	siemens	S	condutância eléctrica	1555637
sievert (m.)	sieverts	Sv	equivalente de dose (radiação)	1158875
tesla (m.)	teslas	T	indução magnética	1556001
volt (m.)	volts	V	tensão eléctrica, potencial eléctrico, força electromotriz	1556331
watt (m.)	watts	W	potência, fluxo energético	1556362
weber (m.)	webers	Wb	fluxo de indução, fluxo magnético	1556373

⁽¹⁷⁾ Pode considerar-se que houve aportuguesamento de «ampère».

⁽¹⁸⁾ Designado «hertzio» na Directiva 80/181/CEE do Conselho, de 20 de Dezembro de 1979, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes às unidades de medida e que revoga a Directiva 71/354/CEE: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31980L0181:PT:HTML>.

Unidade	Plural	Símbolo	Grandeza correspondente	IATE
are ⁽¹⁹⁾ (m.)	ares	a	área dos terrenos agrícolas e para construção	1084432
atmosfera (f.)	atmosferas	atm	pressão	271117
bar (m.)	bares	bar	pressão, tensão	1557762
barn (m.)	barns	b	secção eficaz	1368326
bel ⁽²⁰⁾ (m.)	béis	B	(razão entre duas quantidades)	1366386
caloria (f.)	calorias		quantidade de calor	1084561
dioptria (f.)	dioptrias		vergência dos sistemas ópticos	133798
electrão-volt (m.)	electrões-volt	eV	energia	1373555
grado (m.)	grados		ângulo plano	1557840
milímetro de mercúrio (m.)	milímetros de mercúrio	mm Hg	pressão sanguínea e pressão de outros fluidos corporais	1557889
neper (m.)	nepers	Np	(razão entre duas quantidades)	1366387
quilate métrico ⁽²¹⁾ (m.)	quilates métricos		massa de pedras preciosas	1247263
tex (m.)	texes	tex	massa linear das fibras têxteis e dos fios	1208459
unidade de massa atómica (f.)	unidades de massa atómica	u	massa	1367570

Unidades monetárias da UE fora do euro

Unidade	Plural	Símbolo	País	IATE
forinte (m.)	forintes	HUF	Hungria	1891644
lats (m.)	lats	LVL	Letónia	1891669
leu (m.)	leus	RON	Roménia	1891703
lev (m.)	levs	BGN	Bulgária	383974
litas (m.) ⁽²²⁾	litas	LTL	Lituânia	1891668
zlóti (m.)	zlótis	PLN	Polónia	1891700



⁽¹⁹⁾ Designado «arc» na Directiva 80/181/CEE do Conselho; utilizado em «hectare».

⁽²⁰⁾ Utilizado em «decibel».

⁽²¹⁾ Designado «carat» na Directiva 80/181/CEE do Conselho; o «quilate métrico» equivale a 200 miligramas; do grego *kerátion*, pelo árabe *qirat*; não confundir com o «quilate liga» correspondente à quantidade de ouro contida numa liga (ouro puro: 24 quilates, ouro de lei português: 19,2 quilates).

⁽²²⁾ Contrariamente a todas as restantes fontes consultadas, a secção Câmbios do sítio Web do Banco de Portugal considera o litas como nome feminino: http://www.bportugal.pt/rates/cambtx/txrefer/TCReur_p.htm.

Português para Estrangeiros Idiossincrasias curiosas da língua portuguesa

Augusto Múrias
Parlamento Europeu

Senhora Dona

Diz-se que mulher que estuda não quer acabar a fazer a lide da casa. Ao tornar-se senhora doutora, tem ambições profissionais que estão acima da actividade doméstica. Pelo contrário, senhora dona é, em princípio, o tratamento dado a uma mulher sem curso superior. Ninguém estranha que a sua actividade principal seja a lide da casa, se é que não exerce uma actividade profissional.

É certo que uma senhora doutora pode ainda descobrir no envelope de uma carta que lhe é dirigida o título de «dona». Este título é indicado por meio da abreviatura D., imediatamente antes do nome, independentemente de ela ser casada ou não, idosa ou jovem. Este título, que não tem correspondência no caso do sexo masculino, merece um tratamento sociolinguístico particular, já que não reflecte a actual tendência igualitária. Reflecte antes um tratamento «particularmente respeitoso» do sexo feminino.

Estes diferentes tratamentos tornam-se ainda mais difíceis de explicar, porque podem exprimir uma emoção particular, por exemplo, a ironia. Um pai pode muito bem dirigir-se à sua querida filha tratando-a por *Dona Isabelinha*.

Além disso, há que ter em conta as particularidades inerentes à forma de comunicação em causa: a comunicação escrita tende a ser mais formal, ao passo que a comunicação oral tende a ser mais directa e pessoal. Na comunicação oral, ocorrem certas reduções, como, por exemplo, de *senhora doutora* para *doutora*, ainda que o primeiro tratamento marque um respeito acrescido:

A doutora já teve tempo para ler este relatório?

A preferência por um dado tratamento também é condicionada por factores contextuais, como a idade do interlocutor. Assim, no caso de uma pessoa mais jovem, optaremos por um tratamento mais familiar e, no caso de uma pessoa com mais idade, por um tratamento mais formal, como no exemplo seguinte:

Então a senhora não sabe que já temos outro governo?

Referimos atrás casos de redução dentro de um registo impessoal, ou seja, quando não é explicitado o nome da pessoa. Se explicitarmos o nome, então poderemos reduzir *senhora dona + NOME* para *dona + NOME*, mas também para *senhora + NOME*⁽¹⁾. Assim serão por exemplo tratadas as mulheres que exercem actividades de menos prestígio numa firma, como a limpeza:

A Sr.ª Maria já limpou todos os gabinetes deste corredor?

A um falante estrangeiro, surpreende que um título seja combinado com o nome próprio:

A Dr.ª Maria Helena já terá enviado a carta? E o Eng.º Paulo já foi à câmara com o Sr. José?

⁽¹⁾ Apenas no caso de *senhora* (e não de *dona*) é possível apagar a explicitação do nome.

Este curioso tratamento marca uma forma de transição entre um tratamento formal e um tratamento mais familiar, em que, porém, o elemento formal tem a preponderância. Por isso, seria possível efectuar no discurso as seguintes reduções na referência aos nomes citados:

A Doutora já terá enviado a carta? E o Engenheiro já foi à câmara com o Sr. José?

A opção apenas pelo nome próprio é menos provável, pois apontaria para um grau de familiaridade excessivo, incongruente com a referência a um título:

A Maria Helena já terá enviado a carta? O Paulo já foi à câmara com o José?

Mas as dificuldades de tratamento estão longe de estar esclarecidas: é que em português, contrariamente a uma língua como o alemão, uma mulher não é identificada apenas através do seu nome de família (ou apelido, sendo no Brasil comum o termo *sobrenome*) — contrariamente ao caso do homem, em que é comum chamar pelo *Sr. Fonseca* ou pelo *Sr. Santos*. Em caso de tratamento formal, usa-se uma fórmula impessoal no caso do sexo feminino, sem qualquer referência ao nome. No caso dos nomes femininos, é obrigatório referir o nome próprio juntamente com o nome de família:

Sr.ª Paula Freitas, queira dirigir-se à sala 7, por favor!

O tratamento reduzido à explicitação do nome de família (como vimos, apenas no caso do sexo masculino) e, em maior grau, do nome próprio indicia familiaridade com a pessoa em causa. O português tem a particularidade de exigir o emprego do artigo antes do apelido e do nome próprio:

A Maria hoje a que horas é que sai? E o Carlos a que horas é que sai? Já agora, sabem se o Mendes já voltou? E a Ana Freitas já terá terminado o relatório?

O grau de familiaridade no tratamento aumentará se optarmos por um nome hipocorístico, muito comum em português:

O Tozé [António José] e a Ju [Júlia] já chegaram do passeio?

Mas o que é verdadeiramente particular na língua portuguesa é, afinal, o tratamento impessoal. Já referimos atrás a possibilidade desse tratamento por meio da referência a um título, sem indicação do nome. Mas o português permite realçar essa impessoalidade na 3.ª pessoa, inclusive na comunicação oral, apagando todas as marcas de pessoalidade na referência ao interlocutor:

Já sei que estive com a D. Paula e que organizou tudo com ela, e que também já tratou de enviar os convites aos oradores na conferência...

Este modo de expressão pode confundir-nos, já que não parece que estamos a falar da pessoa que está mesmo perante nós, mas sim de outrem...

augusto.murias@europarl.europa.eu



Exoneração de responsabilidade: Os textos incluídos são da responsabilidade dos autores, não reflectindo necessariamente a opinião da Redacção nem das instituições europeias.
A Redacção é responsável pela linha editorial de «a folha», cabendo-lhe decidir sobre a oportunidade de publicação dos artigos propostos.

Redacção: Paulo Correia (Comissão); Renato Correia (PE); Fernando Gouveia (TJCE); Manuel Leal (Conselho da UE); António Raúl Reis (Serviço das Publicações); Manuel Silveira (CESE–CR)
Grupo de apoio: Hilário Leal Fontes (Comissão); Susana Gonçalves (Comissão); Ana Lorenzo Garrido (Comissão); Victor Macedo (CESE–CR); António Mendes da Costa (Conselho da UE)
Paginação: Susana Gonçalves (Comissão)
Envio de correspondência: dgt-folha@ec.europa.eu

Edição impressa: oficinas gráficas do Serviço de Infra-Estruturas e Logística — Bruxelas (Comissão)
Edição electrónica: sítio Web da Direcção-Geral da Tradução da Comissão Europeia no portal da União Europeia — <http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine>

Os artigos contidos neste boletim podem ser reproduzidos mediante indicação da fonte e do autor.

«a folha» ISSN 1830 780 9

